

Políticas Públicas de Comunicação: Desafios brasileiros na era digital

José Marques de Melo*

Resumo:

Reflexões sobre os desafios da sociedade digital, na geografia brasileira, que demanda políticas integradas de comunicação, educação e cultura, numa conjuntura de crise internacional.

Palavras-chave: Políticas de comunicação, Sociedade digital, Brasil.

Abstract:

Brain storm on the Brazilian challenges to integrate communication, education and culture into national policies shaped by digital society on the framework of international crisis.

Keywords: Communication policies, Digital society, Brazil.

1. Debate cíclico

A questão das políticas públicas de comunicação ficou ausente da agenda nacional dos países latino-americanos, com raras exceções, durante o ciclo autoritário dos anos 60-70 (Marques de Melo, 1983: 196). Ela reaparece com vigor nas décadas de 80-90, pautada pelos movimentos populares, nos processos de redemocratização negociada (Marques de Melo, 1998: 354-372).

Esse debate tornou-se cíclico, refletindo as conveniências políticas das forças que lutam, no Brasil, pela hegemonia dentro do aparato estatal. A comunidade acadêmica de comunicação tem privilegiado conjuntamente a sua revisão (Fadul, 1986, Marques de Melo, 1989; Lopes & Marques de Melo, 1997). Neste liminar da sociedade digital, figurou como tema central do congresso de Brasília (2006), cujos participantes reivindicaram do Estado a formulação de “estratégias de comunicação que fortaleçam o sistema democrático pluralista frente ao poder econômico liberal” (Ramos & Bianco, 2008: 15).

Retornando à arena, durante o ano de 2009, os congressos da INTERCOM — Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (regionais: Tere-

* Universidade Metodista de São Paulo - marquesmelo@uol.com.br

sina, Blumenau, Brasília, Rio de Janeiro, Porto Velho / nacional: Curitiba), focalizaram-se na “idade digital” e promoveram o debate integrado no campo simbólico. Privilegiando o trinômio “comunicação — educação — cultura”, a INTERCOM ofereceu oportunidade singular para repensar quais as demandas da nossa sociedade. Como a posse do(a) futuro(a) presidente da República do Brasil coincide com o início do próxima década (2011), as políticas públicas devem ser orientadas para fortalecer a experiência democrática testada na período FHC-Lula.

Na tentativa de corresponder a esse desafio, julgo conveniente discutir o conceito de sociedade digital, fazendo o resgate do imaginário a ela referente e o inventário da fortuna acumulada pela academia, antes de apresentar idéias sobre o que o convém ao Brasil.

2. Conceito ambíguo

Se as políticas devem ser repensadas para vigência no alvorecer da sociedade digital, torna-se indispensável precisar o seu conceito, para saber exatamente de qual sociedade estamos falando.

A peregrinação lexical feita através dos dicionários não ajuda muito o entendimento. O adjetivo digital aparece registrado em sentido estrito, relativo a dígito, número, intervalo, quase sempre em oposição a analógico. Aurélio (1999: 681) faz associações com o universo simbólico, mencionando o som digital, a imagem digital.

Nos glossários de ciências da comunicação sua presença é mais freqüente.

Em língua inglesa, nota-se evidente evolução conceitual no correr do tempo. Ellmore (1990), Watson & Hill (1993) e Weiner (1996) restringem o conceito ao universo tecnológico, mas Abbercrombie & Longhurst (2007) alargam o sentido, apreendendo sua extensão ao âmbito social, incluindo verbetes sobre comunidade digital, revolução digital e brecha digital.

Em francês, a tendência é semelhante. Balle (1998) faz concessão ao anglicismo, no plano tecnológico — imagem e som —, porém advertindo seus leitores para a expressão francófona equivalente — *numerique*. Cabin (1998) ignora completamente o vocábulo digital, embora contemple conceitos correlatos: ciberespaço ou espaço virtual.

Em língua portuguesa, a situação é consensual em Portugal, pois Rodrigues (2000), Szymaniak e colaboradores (2000), Cascais (2001) se limitam a registrar o adjetivo *digital* e o substantivo *digitalização* com sentidos tecnologicamente circunscritos. No Brasil, o quadro não é destoante. Katz, Doria & Costa Lima (1971) já dimensionavam o fenômeno digital no momento em que o campo da comunicação florescia no Brasil. O autor do verbete é Francisco Antonio Doria (1971: 91-92), que possui formação na área de ciências exatas, explicando sua significação cibernética. Se Rabaça & Barbosa (1978) já incluem o adjetivo em sua significação numérica, tendo Doria como fonte, Erbolato (1985) sequer fez referência. O reducionismo tecnológico vai prevalecer também nos dicionários mais recentes: Mello (2003) inclui o

adjetivo digital e o verbo digitalizar, enquanto Pizotti (2003) incorpora dez vocábulos — todos com significação técnico-operacional.

Embora ignorem o adjetivo digital, Queiroz e Silva e colaboradores (1983), da INTERCOM, introduzem o universo onde a digitalização se processou, através dos verbetes relativos a informática, telecomunicações e novas tecnologias da comunicação.

Logo a seguir, aparece o conceito de *sociedade digital*, legitimado pela revista científica da INTERCOM. Quem inova é Berta Sichel, sócia atuante da INTERCOM, na década de 80. Autora do artigo “A Sociedade Digital”, ela explica que a sociedade contemporânea é uma “sociedade da informação” ou “sociedade do conhecimento”, advertindo: “a digitalização da sociedade é um processo irreversível”. Sua previsão é no sentido de que “talvez demore meio século”, mas “nada deterá nem domínio, nem mesmo uma guerra”. (Sichel, 1984: 20)

As previsões de Sichel estão se confirmando velozmente, mas ainda não podemos caracterizar o Brasil como “sociedade digital”. Estamos no limiar dessa sociedade, já que persistem no arquipélago brasileiro ilhas “analógicas” cuja transformação não se dará por obra e graça da tecnologia. Elas compõem aquele pólo nutrido pelo “déficit de pensamento” que mantém suas populações analfabetas do ponto de vista democrático, como Nosty (2005 : 283) descreve contundentemente.

3. Euforia digital

O advento da sociedade digital vem suscitando uma euforia coletiva neste final da primeira década do século XXI. Temos a sensação de estar vivendo um novo milenarismo, baseado na crença de que a revolução tecnológica contém a solução para todos os problemas da humanidade.

Esse deslumbramento povoa o imaginário das faculdades de comunicação, onde a temática digital predomina em congressos, seminários, cursos de extensão, ensinando dossiês nas revistas científicas. Matérias especiais em jornais laboratório, bem como em projetos experimentais, privilegiam o universo digital na forma ou no conteúdo. Coincidentemente, começam a entrar em quarentena ou a ser congeladas aquelas manifestações comunicacionais cujos suportes ainda estão ancorados nas velhas tecnologias. (Schmidt, 2007: 29-42)

Preferindo batizar como “espaço pervasivo”, que se infiltra pelas “dobras e fretas” do tecido social, Lemos & Palácios (2001: 7) apreenderam a essência do fenômeno. “O milênio termina marcado por uma Revolução Tecnológica Informacional que está reconfigurando o conjunto das sociedades humanas em todos os seus aspectos, implodindo barreiras de Tempo & Espaço e colocando a Informação como elemento central de articulação das atividades humanas”.

Dois indicadores permitem compreender melhor a situação:

- 1) A velocidade com que a internet vem se expandindo em todo o planeta, fomenta decisivamente esse tipo de percepção. Se em 1995, ano do seu des-

lanche, a rede mundial de computadores — www – world wide web — beneficiava 16 milhões de usuários, em 2001 a cifra havia pulado para 400 milhões, alcançando 1 bilhão em 2005, havendo estimativas de que duplicará no próximo ano, totalizando 2 bilhões de internautas (Castels, 2003: 8);

- 2) O interesse crescente da audiência midiática pelas formas digitais de comunicação reflete o impacto daquela tendência. Para melhor aferir essa variável, fizemos um teste comparativo, através do Google, a bases de dados de maior difusão nacional. Teclando as palavras-chave *mídia digital* e *mídia impressa*, encontramos resultados surpreendentes. O estoque acumulado de referências à *mídia digital* atingia o patamar de 87.100.000 unidades de informação, enquanto as menções à *mídia impressa* chegavam ao limite de 404.000 unidades.

No contra-fluxo da euforia digital, os movimentos populares reivindicam políticas públicas capazes de reduzir ou eliminar as barreiras que dividem grupos, comunidades ou até mesmo nações, em ambiente conflituoso. Elas identificam claramente a raiz do problema, ou seja, a criação de um “fosso digital”, fenômeno mais conhecido pelas denominações em língua inglesa — *digital divide* — ou espanhola — *brecha digital*.

4. Fortuna cognitiva

De que forma a comunidade acadêmica tem enfrentado essa questão? Trata-se, ainda, de objeto a ser mais explorado, desafiando o talento dos nossos pesquisadores.

Nesse sentido, a situação brasileira tem certas analogias com o panorama espanhol, onde o reduzido compromisso acadêmico se reflete na escassa “ação política” e participação na “gestão pública” (Nosty, 2005: 161). Trata-se de peculiaridade que Bustamante atribui à falta de sensibilidade política do empresariado, enfatizando que “as lacunas da pesquisa integral das indústrias culturais” decorrem do “escasso compromisso cultural das empresas e fundações privadas”. (Bustamante, 2002: 29)

A revisão da bibliografia brasileira sobre a sociedade digital mostra que o conhecimento produzido é bastante fragmentado, descontínuo, em processo de sistematização orgânica.

Sem pretender abarcar toda a nossa fortuna cognitiva, identificamos o que traz contribuições relevantes para balizar o debate sobre a questão digital. Dois conjuntos se destacam. O primeiro constituído pelas explorações precoces (década de 80). O segundo pelos aportes em circulação na passagem do século.

a) Pioneiros

Cronologicamente, a primeira incursão foi promovida pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, ao realizar em 1981 o seminário “Quem tem medo do computador?”. Estimulando o diálogo entre jornalistas e especialistas em informá-

tica, dirimiu dúvidas que inquietavam a categoria, à véspera e durante o processo de informatização das redações de jornais.

Esse evento histórico gerou um livro coletivo, *Que é isso, computador?*, cujo título foi engenhosamente criado por José Hamilton Ribeiro. Seu organizador se inspirou no livro-reportagem de Fernando Gabeira — *Que é isso, companheiro?*. Suas teses circularam amplamente durante o auge dos conflitos entre jornalistas e empresas, pavimentando o processo de substituição das velhas máquinas de escrever pelos novos terminais de computadores (Ribeiro, 1998: 158).

Episódio controvertido da revolução digital brasileira, sua compreensão pode ser enriquecida pela leitura de dois livros contextuais, escritos originalmente como teses de pós-graduação, no Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP: *Mil dias — os bastidores da revolução em um grande jornal*, escrito por Carlos Eduardo Lins da Silva (São Paulo, Trajetória Editorial, 1985) e *Informatização da imprensa brasileira* de autoria de Ruth Penha Alves Vianna (São Paulo, Loyola, 1992).

Aliás, as pesquisas de Lins da Silva e de Alves Vianna estão ancoradas na agenda precoce que o Departamento de Jornalismo da ECA-USP esboçou, confrontando as reflexões de profissionais e pesquisadores dedicados à problemática das novas tecnologias. Tais debates foram resgatados pela Editora-laboratório COM-ARTE nos opúsculos: *Comunicação e Novas Tecnologias* (1982) e *Adeus a Gutenberg? A editoração diante das novas tecnologias* (1983).

Mas o conceito de *sociedade digital* ganhou notoriedade, no país, por iniciativa da INTERCOM, figurando como tema de capa do *Boletim Intercom*, n. 48 (São Paulo, 1984) que publicou um dossiê com artigos de três especialistas: Berta Sichel, José Hamilton Ribeiro e Letícia Faria. No ano anterior, eles haviam participado do VI Congresso da INTERCOM, na cidade paulista de Bertioga. Anamaria Fadul, sua coordenadora, assumiu publicamente a liderança da interlocução entre intelectuais, empresários e governantes sobre as políticas nacionais de informação e comunicação. A polêmica lei da reserva de mercado da informática para as indústrias estrangeiras catalisou o interesse coletivo.

Por isso mesmo, Fadul organizou um debate aberto ao público no auditório do jornal Folha de S. Paulo, na véspera do congresso INTERCOM 1983. Ali, um produtivo e rico colóquio sobre a sociedade digital contou com a participação de personalidades como William Melody (Austrália), Marike Pelinshi (Canadá), Emile McAnany (EUA), Giuseppe Richeri (Itália), Vilém Flusser (França), Adriano Duarte Rodrigues (Portugal), bem como dos latino-americanos Hector Schmucler (Argentina), Jesus Martin Barbero (Colômbia), Ligia Fadul (México) e dos brasileiros Milton Vargas, Shozo Motoyama, Walter Garcia e Ana Mae Barbosa. A memória do evento foi recuperada e publicada sob a forma de livro (Fadul, 1986).

Apareceu, na seqüência, a primeira obra brasileira que explica em detalhes “a revolução do computador, das comunicações e do robôs”, produzindo a “sociedade inteligente”. Siqueira (1987: 6) diz que “além de documentar jornalisticamente uma

amostra internacional do que acontece no âmbito das novas tecnologias da informação, *A Sociedade Inteligente* traz uma proposta de mudança apaixonada da realidade brasileira.” Expondo a tese central do livro, o autor adverte: “nós, brasileiros, podemos transformar profundamente este País” mas, a “disponibilidade dessas tecnologias, por si só, não operará nenhum milagre, nem bastará para produzir a tão sonhada metamorfose nacional, se o homem brasileiro não estiver preparado para usá-las, para absorvê-las, para desenvolvê-las e para criá-las incessantemente”. Trata-se de lição até agora não inteiramente assimilada pela nossa vanguarda, política ou intelectual...

b) Contemporâneos

Mais complexa, enfeixando a resposta da comunidade acadêmica às inquietações provocadas pela euforia digital inicialmente referida, a safra atual pode ser reunida em quatro grupos: 1) descrições panorâmicas; 2) análises específicas; 3) estudos empíricos; 4) reflexões teóricas.

As descrições abrangentes privilegiam questões atuais e cenários futuros da sociedade digital, tendo como foco as políticas públicas ou suas interfaces com o mercado e a sociedade civil. Lemos & Cunha (2003) aglutinam os “olhares” dos programas brasileiros de pós-graduação, na tentativa de apreender as expressões da “cultura contemporânea” no espectro digital. Barbosa Filho, Castro & Tome (2005) apresentam um balanço da “convergência tecnológica” no Brasil, destacando projetos de “inclusão social” respaldados pelo governo Lula. Bolaño (2007) elege a “economia política da internet”, contestando seu papel como “instrumento de integração mundial” e mostrando as “contradições nele presentes”, determinadas por “assimetrias” entre os seus participantes quanto ao “capital político, econômico e simbólico” disponível. Por sua vez, Marques de Melo & Moraes (2008) discutem nuances peculiares ao mercado na sociedade digital, averiguando de que forma a “convergência midiática” se materializa na internet e questionando o “fosso entre as demandas profissionais e as ofertas acadêmicas” para finalmente identificar quais as inovações processadas nos “gêneros, formatos e conteúdos” que dissemina cotidianamente.

Através de análises específicas, pesquisadores vinculados a distintas gerações e originários de várias disciplinas, trazem contribuições relevantes. Pfromm Neto (1998) resgata historicamente as apropriações das novas tecnologias da comunicação pelas ciências da educação para otimizar os processos de aprendizagem à distância. Squirra (1998) descreve o itinerário percorrido pelo jornalismo para lograr interação dinâmica no ciberespaço. Moraes (2001) enfatiza a dimensão política, revelando o “poder dos conglomerados transnacionais” nas mutações da “comunicação virtual”. Baldessar (2003) investiga o “cotidiano dos jornalistas com o computador na redação”. Lemos (2004) inventaria o impacto da cibercultura no espaço urbano, antecipando as “cibercidades” emergentes no Brasil e Portugal Machado (2006) preocupa-se com os “modos de enunciação do cinema no ciberespaço”. Bolaño & Britos (2006) constroem um caleidoscópio da “televisão brasileira na idade digital”. Trivi-

nhos (2007) questiona a “lógica da vida humana” no interior da “democracia ciber-cultural”.

Apesar de escassas, as observações empíricas enriquecem o conhecimento sobre os usos e aplicações das inovações digitais nas corporações profissionais. Pinho (2000) descobriu o potencial da internet para difundir estratégias de publicidade e vendas. Machado (2003) descortinou o ciberespaço como fonte para os jornalistas. Essa área também se beneficiou das contribuições propiciadas por Machado & Palácios (2003), que selecionaram “modelos de jornalismo” experimentados no espaço digital construído pelo laboratório de jornalismo on-line para testar inovações e consolidar métodos de trabalho. Numa outra direção, Pinho (2003a) diagnosticou pragmaticamente os espaços ocupados pelo jornalismo na rede mundial de computadores, com a finalidade de embasar o “planejamento e produção da informação on-line”. Pinho (2003b) também enveredou pela área de Relações Públicas, observando as “técnicas e estratégias para informar e influenciar públicos de interesse”.

As reflexões teóricas são mais valorizadas pelos pesquisadores gaúchos (Rudiger, Martins & Silva, Primo) e paulistas (Santaella).

Rudiger (2002) começa a pensar os “processos de informatização”, explicando como as “novíssimas formas dessas tecnologias” podem servir de pretexto para “elaboração das diversas teorias da tecnocultura contemporânea”.

Depois de fazer a “crítica da cibercultura”, Rudiger (2004) elabora um instigante roteiro para compreender e analisar as “teorias da cibercultura”. Intenção semelhante é a de Martins & Silva (2004), que organizaram uma antologia de textos indispensáveis ao entendimento da “genealogia do virtual”.

Nessa linha também se perfila Santaella (2004), propondo uma metodologia para “navegar no ciberespaço”, embasada nas observações que fez sobre os “traços específicos que caracterizam o leitor que navega através das arquiteturas líquidas do ciberespaço”. Santaella (2007) complementa sua proposta com uma reflexão teórica sobre as “linguagens líquidas na era da mobilidade”.

Merece destaque, ainda, a contribuição de Primo (2007), focalizando a “cognição mediada pela interatividade”. Sua hipótese de trabalho é a de que nem tudo que o computador reproduz tem potencialidade interativa. Durante a pesquisa ele encontrou evidências consistentes, mas não suficientes para transformar em conhecimento. Daí a postura humilde que assume publicamente o autor, recomendando novas investigações, para não correr o risco de construir teorias destituídas de suporte empírico.

5. Ação, intervenção

O balanço do conhecimento estocado sobre a sociedade digital ainda não permite generalizações capazes de inspirar ações concretas na realidade brasileira.

Todavia, algumas pistas podem ser úteis para esboçar as políticas públicas demandadas pela sociedade.

Vamos anotar as contribuições que sinalizam estratégias de intervenção no cenário nacional.

1. Não basta a universalização do acesso às tecnologias digitais, através das políticas de “inclusão social” (Barbosa Filho, Castro & Tome, 2005), para construir um sistema de comunicação “democrático e pluralista” (Ramos & Bianco, 2008).
2. A interatividade mediada pelo computador pressupõe um “emissor interagente” (Primo, 2007) e um “leitor imersivo” (Santaella, 2004).
3. Tanto a formação de um, quanto do outro, depende de fatores institucionais: ultrapassar o “fosso entre as demandas profissionais e as ofertas acadêmicas” (Marques de Melo & Moraes, 2007), bem como agilizar mudanças comportamentais, oxigenando a mentalidade dos educadores, nem sempre propensos a valorizar a os processos de educação a distância” (Pfromm Neto, 1998).
4. De natureza estrutural, a barreira mais importante foi enunciada claramente por Siqueira (1987): “a tão sonhada metamorfose nacional” não vai prosperar enquanto “o homem brasileiro não estiver preparado para usá-las, para absorvê-las, para desenvolvê-las e para criá-las incessantemente”.

Trata-se, a rigor, de um plano de ação política que precisa retroagir no tempo para enfrentar o problema crucial da sociedade brasileira. Paulo Freire (1967) o rotulou apropriadamente como “mutismo” congênito, gerador da nossa sistêmica “cultura do silêncio”.

Mas esse tipo de fenômeno não é exclusivamente brasileiro. Ele corresponde ao que o Nosty define como “deficit midiático” no panorama hispano-europeu, precedendo a “brecha digital” do novo século. Enraizado no “fosso midiático-cultural” que determina o “metabolismo da recepção” vai inibir o fluxo das mensagens, pois, em situações dessa natureza, “a audiência está condicionada pela psicologia, cognição e entorno cultural do indivíduo” (Nosty, 2005: 14).

A verdade é que estamos frente àquele desafio que generalizamos como “exclusão comunicacional”, também perceptível num grande número de países, justamente “aqueles que ainda não lograram construir democracias estáveis, onde todos os cidadãos poderiam usufruir os benefícios da modernidade”. (Marques de Melo & Tosta, 2008: 83).

A construção das políticas de comunicação para a sociedade digital, em qualquer país, não pode prescindir da experiência mundial acumulada. Até mesmo porque a “sociedade em rede está se constituindo em torno do planeta” (Castels, 2003: 225).

Os obstáculos que o Brasil deve ultrapassar, nesta conjuntura, são os mesmos que atemorizam as sociedades periféricas. Pela incerteza que trazem “em termos de emprego, educação, proteção social e estilos de vida”, eles provocam uma “sensação de desconforto com os processos atuais de mudança”. (Castels, 2003: 225-226).

Ungido como a maior autoridade no conhecimento da sociedade digital, o sociólogo espanhol destaca três variáveis que não podem ser esquecidas pelos estrategistas das políticas nacionais de comunicação, educação e cultura:

1. Liberdade — As redes digitais propiciam “comunicação livre e global”, mas sua “infra-estrutura” corre o perigo de ter “donos”, que podem controlar seu “uso” em função de “interesses” comerciais, ideológicos e políticos;
2. Marginalidade — O risco oposto é o da “exclusão” por motivos institucionais, mas também pela incapacidade educacional e cultural ou pela precariedade da infra-estrutura tecnológica;
3. Competência — A capacidade de processar informação e gerar conhecimento deve ser universalizada, começando pelas crianças. Isso implica em fazer uma autêntica revolução cultural: mudar a tecnologia, reconstruir escolas, reciclar professores, instituir a pedagogia da interatividade e fortalecer a cidadania, capacitando cada pessoa para aprender e pensar de forma autônoma.

Esta é a pauta que devemos incluir nas atividades de ensino e pesquisa. Sua composição não se esgota no terreno exclusivo da Comunicação, pressupondo interação orgânica com a Educação e a Cultura. Enfim, um desafio que remete à própria denominação da nossa principal entidade do mundo acadêmico, historicamente constituída como “sociedade interdisciplinar”.

Referências bibliográficas

- Abercrombie, N. & Longhurst, B. (2007) *Dictionary of media studies*, Londres: Penguin.
- Baldessar, M. J. (2003) *A mudança anunciada*, Florianópolis: Insular.
- Balle, F. (1998) *Dictionary des medias*, Paris: Larousse.
- Barbosa, A., Castro, C. & Tome, T. (2005) *Mídias digitais*, São Paulo: Paulinas.
- Boczkowski, P. (2004) *Digitilizing the news*, Cambridge: MIT Press.
- Bolaño, C. (2007) *Economia política da internet*, Aracaju: Editora UFS.
- Bolaño, C. & Brittos, V. (2006) *A televisão brasileira na era digital*, São Paulo: Paulus.
- Bustamante, E. (2002) *Comunicación y cultura en la era digital*, Barcelona: Gedisa.
- Cabin, P. (1998) *La communication*, Paris: Édition Sciences Humanes.
- Cascais, F. (2001) *Dicionário de Jornalismo*, Lisboa: Verbo.
- Castels, M. (2003) *A Galáxia da Internet*, Rio: Jorge Zahar.
- Dizard Jr., W. (1994) *A nova mídia*, Rio: Zahar.
- Ellmore, R. T. (1996) *NTC's Mass Media Dictionary*, Lincolnwood: NTC Publishing.
- Erbolato, M. (1985) *Dicionário de Propaganda e Jornalismo*, Campinas: Papirus.
- Fadul, A. (1986) *Novas Tecnologias da Comunicação*, São Paulo: Summus.
- Ferreira, A. B. de H. (1999) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio: Nova Fronteira.
- Katz, C., Doria, F. & Costa Lima, L. (1971) *Dicionário Crítico da Comunicação*, Rio: Paz e Terra.
- Lemos, A. (2004) *Cibercidade*, Rio: Epapers.
- Lemos, A. & Palácios, M. (2001) *Janelas do ciberespaço*, Porto Alegre: Sulina.
- Lemos, A. & Cunha, P. (2003) *Olhares sobre a cibercultura*, Porto Alegre: Sulina.
- Lins da Silva, C. E. (1985) *Mil dias — os bastidores da revolução em um grande jornal*, São Paulo: Trajetória Editorial.
- Lopes, M. I. & Marques de Melo, J. (1997) *Políticas regionais de comunicação*, Londrina: UEL.

- Machado, A. (2006) *O sujeito na tela*, São Paulo: Paulus.
- Machado, E. (2003) *O ciberespaço como fonte para os jornalistas*, Salvador: Calandra.
- Machado, E. & Palácios, M. (2003) *Modelos de jornalismo digital*, Salvador: Calandra.
- Marques de Melo, J. (1998) 'Políticas de Comunicação no Brasil: transição sem mudança', in *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*, Petrópolis: Vozes, p. 354-372.
- Marques de Melo, J. (1983) 'Políticas Nacionais de Comunicação' in Queiroz, R. (1983) *Temas básicos de comunicação*, São Paulo: Paulinas / Intercom, pp. 193-196.
- Marques de Melo, J. (1989) — *Comunicação na América Latina*, Campinas: Papirus.
- Marques de Melo, J. & Morais, O. (2008) *Mercado e Comunicação na Sociedade Digital*, São Paulo: INTERCOM.
- Marques de Melo, J. & Tosta, S. (2008) *Mídia & Educação*, Belo Horizonte: Autêntica.
- Martins, F. M. & Silva, J. M. (2004) *A genealogia do virtual*, Porto Alegre: Sulina.
- Mello, J. G. (2003) *Dicionário Multimídia*, São Paulo: Arte&Ciência.
- Moraes, D. de (2001) *O concreto e o virtual*, Rio: DP&A.
- Nosty, B. (2005) *El déficit mediático*, Barcelona: Bosch.
- Pinho, J. B. (2000) *Publicidade e vendas na internet*, São Paulo: Summus.
- Pinho, J. B. (2003a) *Jornalismo na internet*, São Paulo: Summus.
- Pinho, J. B. (2003b) *Relações Públicas na internet*, São Paulo: Summus.
- Pfromm Neto, S. (1998) *Telas que ensinam*, Campinas: Alínea.
- Pizzotti, R. (2003) *Enciclopédia básica da mídia eletrônica*, São Paulo: Senac.
- Primo, A. (2007) *Interação mediada por computador*, Porto Alegre: Sulina.
- Queiroz e Silva, R. (1983) *Temas básicos em comunicação*, São Paulo: Paulus
- Rabaça, C. A. & B. Guatavo (2001) *Dicionário de Comunicação*, Rio: Campus.
- Ramos, M. C. & Bianco, N. (2008) *Estado e Comunicação*, Brasília: Casa das Musas / INTERCOM / UnB
- Ribeiro, J. H. (1998) *Jornalistas, 1937-1997*, São Paulo: Imprensa Oficial.
- Rodrigues, A. D. (2000) *Dicionário Breve da Informação e da Comunicação*, Lisboa: Presença.
- Rüdiger, F. (2003) *Introdução às teorias da cibercultura*, Porto Alegre,: Sulina
- Rüdiger, F. (2002) *Elementos para a crítica da cibercultura*, São Paulo: Hackers.
- Santaella, L. (2004) *Navegar no ciberespaço*, São Paulo: Paulus.
- Santaella, L. (2007) *Linguagens líquidas na era da mobilidade*, São Paulo: Paulus.
- Schmidt, C. (2007) 'A reprodutibilidade digital na folkcomunicação' in *Comunicação & Sociedade*, 47, S. B. do Campo, Metodista, p. 29-42.
- Siqueira, E. (1987) *A Sociedade Inteligente*, São Paulo: Bandeirantes.
- Squirra, S. (1998) *Jornalismo on line*, São Paulo: Arte&Ciência.
- Szymaniak, W. (2000) *Dicionário de Ciências da Comunicação*, Porto: Porto Editor.
- Trivinho, E. (2006) *A democracia cibercultural*, São Paulo: Paulus.
- Vianna, R. P. A. (1992) *Informatização da imprensa brasileira*, São Paulo: Loyola.
- Watson, J. & Hill, A. (1993) *Dictionary of Communication and Media Studies*, London: Edward Arnold.
- Weiner, R. (1996) *Dictionary of media and communications*, New York: Webster's.

Agradecimentos aos revisores

Os artigos publicados no Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2010 foram sujeitos a um processo de *blind peer review*.

Agradecemos aos colegas que conosco colaboraram enquanto revisores dos artigos submetidos para publicação nesta edição do Anuário e aos quais exprimimos o nosso reconhecimento pelo seu valioso contributo:

Albertino Gonçalves, Carla Cerqueira, Catarina Moura, Francine Oliveira, Helena Sousa, Isabel Babo-Lança, Ivone Ferreira, João Canavilhas, João Feijó, José Azevedo, José Miguel Braga, José Pinheiro Neves, Luís Cunha, Lurdes Macedo, Madalena Oliveira, Maria Manuel Baptista, Mário Camarão, Moisés de Lemos Martins, Neusa Barbosa Bastos, Paulo Bernardo Vaz, Renné Oliveira França, Regina Brito, Roberto Martinez Pecino, Rosa Cabecinhas, Sérgio Denicolti, Sílvia Correia, Vera Hanna e Zara Pinto Coelho.